

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

A Concessionária SRE-IP Vila Velha SPE S.A. (“Companhia ou Concessionária”), é uma companhia de ações de capital fechada, Sociedade de Propósito Específico (SPE), com sede na Rua Castelândia, nº 251, Bairro Cobilândia, Cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.111-310, que iniciou suas atividades em 15 de setembro de 2020. Todos os seus organizadores que representam a totalidade do capital social estão demonstrados abaixo:

**Splice Indústria Comércio e Serviços Ltda.:** pessoa jurídica com sede à Av. Juscelino K. de Oliveira, nº 154 – Blocos A, B, C – Bairro Lageado – Votorantim/SP, CEP.: 18.110-901, inscrita no CNPJ sob o nº 6.965.293/0001-28 e com participação acionária de 68%;

**RT Energia e Serviços Ltda.:** pessoa jurídica com sede à Rua José Coppio, nº 110 – Santo Antonio – Lorena/SP, CEP 12.608-635, inscrita no CNPJ sob o nº 11.091.314/0001-63 e com participação acionária de 12%; e

**Engelmig Energia Ltda.:** pessoa jurídica com sede à Av. Dr. Jorge Hannas, s/n – Bairro Ponte da Aldeia – Manhuaçu/MG, CEP 36.906-440, inscrita nº CNPJ sob o nº 21.066.139/0001-08 e com participação acionária de 20%.

A Companhia tem por objeto exclusivo, sob o regime de Parceria Público-Privada (PPP) com o Município de Vila Velha/ES, na modalidade de concessão administrativa, realizar a prestação de serviços de iluminação pública, abrangendo a implantação, instalação, a recuperação, a modernização, o melhoramento, a eficientização, a expansão, a operação e a manutenção da rede municipal de iluminação pública do Município de Vila Velha, conforme o Edital de Concorrência Pública nº 010/2020 (“Edital”) e o Contrato de Concessão Administrativa pertinente (“Contrato de Concessão”) junto à Prefeitura de Vila Velha/ES, enquadrando-se em Sociedade de Propósito Específico (SPE).

O prazo de duração da Companhia é indeterminado, observado o prazo suficiente para o cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

**a) Plano da Administração de liquidez e fluxo de caixa da Companhia**

A Concessionária obteve recursos de longo prazo do banco BNDES aprovados em 17 de março de 2022, no montante de R\$ 24 milhões, sendo que em 24/10/22 foi liberado o valor de R\$ 19,2 milhões. Esse financiamento foi para adequar sua estrutura patrimonial através da liquidação dos contratos de empréstimos e fornecedores de curto prazo.

No aspecto contábil, destacamos que os contas a receber provenientes da atividade de concessão, de acordo com as práticas contábeis exigem que tais receitas sejam reconhecidas como “ativo de contrato” no não circulante (Nota Explicativa nº 9), e são reclassificados para o circulante como contas a receber a medida que são emitidas as notas fiscais, isso ocasiona, nesse momento, um descasamento contábil entre ativo circulante e passivo circulante, mas que seria possível liquidar a referida dívida com o respectivo recebimento das receitas de concessão (Nota Explicativa nº 19.a – Risco de liquidez).

## 1.1. Pandemia da Covid-19 e seus impactos

Após o anúncio pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, declarando Emergência de Saúde Pública, ocasionado pelo surto de Covid-19, a Administração passou a avaliar de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações. Desde setembro de 2021, houve uma redução da taxa de transmissão e número de casos, decorrentes da evolução significativa nos níveis de vacinação. Diante do cenário atual, a empresa continua com as medidas de higienização e fornecimento de álcool em gel; divulgação de campanhas educativas e acompanhamento e controle de vacinação dos colaboradores.

## 2. Base de preparação

**a) Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas de acordo com práticas contábeis adotados no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 20 de abril de 2023.

**b) Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

**c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo para fins de divulgação.

### 3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

#### **Mensuração a valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota Explicativa nº 19 – Instrumentos financeiros.

### 4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

#### 4.1. Instrumentos financeiros

##### **a) Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando os mesmos forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

## **Ativos financeiros**

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

### **Classificação dos ativos financeiros**

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### **Custo amortizado**

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

### **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente**

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

### **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

### **Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não são recuperáveis, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possam ser razoavelmente estimados.

### **Passivos financeiros**

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

### **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantido para negociação, ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

### **Contratos de garantia financeira**

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia.

### **Desreconhecimento**

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### **Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

#### **Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

#### **Provisões gerais**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

#### **Provisão de manutenção – Contratos de Concessão**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

## 4.2. Imobilizado

### i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os ativos construídos pela própria Companhia incluem custo de materiais alocados ao custo do imobilizado construído.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado.

### ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos futuros incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de item do imobilizado, conforme as taxas mencionadas abaixo, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis e as taxas de depreciação estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil em anos	% - Depreciação por ano
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Veículos	05 anos	20%
Computadores e periféricos	05 anos	20%

### 4.3. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

#### **i) Contratos de concessão de serviços**

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder ao direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

#### **ii) Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

#### **iii) Gastos subsequentes**

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

#### **iv) Amortização**

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão (sempre que necessário atualizada), desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Softwares	05 anos
-----------	---------

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

#### 4.4 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução do valor recuperável de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

#### 4.5. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é valorizado pelo custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

#### 4.6. Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

#### 4.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

#### 4.8. Receita operacional

##### i) Receita de serviços manutenção

A receita operacional sobre os serviços de modernização e manutenção de iluminação é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. De acordo com o contrato do cliente e os conceitos do CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas “obrigações de performance contratuais”.

A apropriação da receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas: **(i)** identificação do contrato; **(ii)** identificação das obrigações de desempenho; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e **(v)** reconhecimento da receita.

#### 4.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente juros sobre rendimentos de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivo. As despesas financeiras abrangem basicamente despesas bancárias e juros passivos.

#### 4.10. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual (lucro real).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuições sociais correntes e diferidas. Os impostos e contribuições correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício.

#### 4.11. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

#### 4.12. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A mensuração do imposto de renda diferido reflete as consequências tributárias que seguiram a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações contábeis, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas foram revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

#### 4.13. Operações de arrendamento mercantil

IFRS 16/CPC 06 Estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor, a movimentação está na Nota Explicativa nº 12.

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

## 5. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2022, estão descritas a seguir.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, caso aplicável, quando entrarem em vigor.

A Companhia estima que a adoção dessas normas e alterações não terá um impacto significativo nas demonstrações contábeis no período inicial de adoção.

### **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante**

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações no IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: **(i)** o que significa um direito de postergar a liquidação; **(ii)** que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; **(iii)** que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e **(iv)** que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

### **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicadas para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

### **Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*: Divulgação de políticas contábeis**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2: Making Materiality Judgements* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2022	2021
Conta corrente	14	20
Aplicações financeiras (i)	29	444
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>464</b>
Circulante	43	20
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>444</b>

- (i) Em 2022 houve resgate de Aplicações financeiras do Banco Banestes, apresentadas acima que tratam de fundo de investimento em cotas de Fundos de Investimento (FIs) renda fixa longo prazo crédito privado. Sua política de investimento determina aplicar em cotas de FIs que apresentem carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos públicos federais ou títulos privados, de qualquer espectro de risco de crédito, pré-fixados ou pós-fixados, cotas de fundos de investimento, cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e operações compromissadas mantendo, no mínimo, 80% do seu PL relacionados à taxa de juros doméstica, a índices de preços ou ambos, excluindo-se estratégias que impliquem em assunção de risco de oscilações de moeda estrangeira e de ações. Referente ao valor de R\$ 29 mil do Banco Bradesco, foi resgatado em janeiro de 2023.

## 7. Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber é distribuída como segue:

	2022	2021
Receita incorrida e não faturada (a)	1.268	168
<b>Total</b>	<b>1.268</b>	<b>168</b>

- (a) Devido ao poder concedente ainda não ter reconhecido a entrega efetiva dos marcos regulatórios, a concessionária está reconhecendo o faturamento pelo primeiro marco (38%), e só será reconhecido após o aceite do poder concedente.

## 8. Tributos a recuperar

	2022	2021
PIS e Cofins (i)	2.340	2.149
IPI a recuperar	465	465
IRRF a recuperar	29	63
IRPJ Saldo Negativo	63	-
Outros	10	20
<b>Total</b>	<b>2.907</b>	<b>2.697</b>
Circulante	989	914
<b>Não circulante</b>	<b>1.918</b>	<b>1.783</b>

- (i) Valores referente aos insumos na compra de materiais e prestação de serviços dando a origem aos créditos de PIS e Cofins, serão amortizados conforme as receitas operacionais forem acontecendo.

## 9. Estoque

2022

Material de reposição	484
<b>Total</b>	<b>484</b>

## 10. Imobilizado

	Computadores e periféricos	Veículos	Total
<b>Custo</b>			
<b>Saldo inicial</b>	<b>133</b>	<b>-</b>	<b>133</b>
Adições	11	-	11
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>144</b>	<b>309</b>	<b>453</b>
Adições	2	-	2
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>146</b>	<b>309</b>	<b>455</b>
<b>Depreciação acumulada</b>			
<b>Saldo inicial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Depreciação no período	-	-	-
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(24)</b>	<b>(46)</b>	<b>(70)</b>
Depreciação no período	(29)	(62)	(91)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(53)</b>	<b>(108)</b>	<b>(161)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>			
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>120</b>	<b>263</b>	<b>383</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>93</b>	<b>201</b>	<b>294</b>

## 11. Ativos de contratos

Os ativos de contrato são os equipamentos, a mão-de-obra e gastos gerais conforme o contrato de concessão. E o concessionário deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. O contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante a vigência de 20 anos desse contrato de prestação de serviço. A natureza de remuneração paga pela concedente ao concessionário deve ser determinada de acordo com os termos do contrato e a contrapartida determina a contabilização que deve ser classificado como ativo de contrato durante o período de melhorias.

	2022	2021
Equipamentos	28.696	26.639
Mão-de-obra	3.630	2.429
Gastos gerais	3.665	1.808
<b>Total</b>	<b>35.991</b>	<b>30.876</b>
Ativo financeiro	7.295	1.930
Ativo de contrato	28.696	28.946

### Contraprestação mensal – sistema de pagamento

A remuneração a ser paga pelo poder concedente à concessionária corresponde a contraprestação mensal efetiva, atrelada ao fator de Modernização e eficiência, bem como o fator de desempenho chamados como marco.

Valores correspondentes dos MARCOS e FME:

Período	FME
Período anterior ao cumprimento ao 1º marco	38%
Período subsequente ao cumprimento do 1º marco	75%
Período subsequente ao cumprimento do 2º marco	100%

- No dia 19 de agosto de 2021 com o ofício 07, foi protocolado a entrega parcial dos Pontos de Modernização e Eficientização, os pontos de modernização total de 21.109 luminárias, conforme o contrato 214/2020.
- No dia 13 de setembro de 2021 com o ofício 14, foi protocolado a entrega parcial dos Pontos de Modernização e Eficientização, os pontos de modernização valor acumulado de 26.577 luminárias, conforme o contrato 214/2020.
- No dia 17 de março de 2022 com o OF150/22, foi protocolado a entrega de 100% de todas as unidades de iluminação pública, constante no cadastro base da rede municipal de iluminação pública.

A prefeitura está analisando a entrega dos Marco 1 e 2, e até o momento não temos resposta.

Segue movimentação dos ativos de contrato de concessão:

	Bens reversíveis equipamentos	Mão de obra	Gastos gerais	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>3.078</b>	<b>39</b>	<b>-</b>	<b>3.117</b>
Adições	25.497	2.781	1.971	<b>30.249</b>
Baixas/transfêrencia	(816)	-	(6)	<b>(822)</b>
(-) Amortização custo do contrato de concessão	(1.120)	(391)	(157)	<b>(1.668)</b>
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>26.639</b>	<b>2.429</b>	<b>1.808</b>	<b>30.876</b>
Adições	3.177	1.592	2.014	<b>6.783</b>
(-) Amortização custo do contrato de concessão	(1.120)	(391)	(157)	<b>(1.668)</b>
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>28.696</b>	<b>3.630</b>	<b>3.665</b>	<b>35.991</b>

## 12. Arrendamento mercantil

A Companhia efetua arrendamento de imóveis conforme requerido nos contratos de licitação. Onde o prazo de vida útil utilizado para a o cálculo de depreciação está em linha com a expectativa de renovação dos contratos, considerando no máximo 05 anos para a sua realização. Segue abaixo a movimentação na adoção do CPC 06 (R2).

	Imóveis
<b>Saldo final em 31/12/2020</b>	<b>1.245</b>
Amortização	<b>(63)</b>
<b>Saldo final em 31/12/2021</b>	<b>1.182</b>
Amortização	<b>(63)</b>
<b>Saldo final em 31/12/2022</b>	<b>1.119</b>

## 12.1. Passivo de arrendamento

<b>Saldo final em 31/12/2020</b>	<b>1.248</b>
Pagamentos	(88)
Juros apropriados	45
<b>Saldo final em 31/12/2021</b>	<b>1.205</b>
Pagamentos	(89)
Juros apropriados	43
<b>Saldo final em 31/12/2022</b>	<b>1.159</b>
Circulante	47
<b>Não circulante</b>	<b>1.112</b>

## 13. Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores nacionais	228	2.877
<b>Total</b>	<b>228</b>	<b>2.877</b>

## 14. Empréstimos e financiamentos

### a) Composição dos empréstimos e financiamentos

Modalidade	Instituição	Encargos financeiros média anual	Captação	Vencimento	2022	2021
Capital de giro	Banestes	4,90%+CDI	03/05/2021	25/05/2024	-	9.848
Capital de giro	Pine	8,2139%+CDI	13/12/2021	13/06/2022	-	2.015
Limite Garantia	Banestes	7,44%+CDI	03.09.2021	10/03/2022	1.773	2.349
Limite Garantia	Pine	8,4722%+CDI	22/10/2021	27/10/2022	-	4.219
Financiamento (c)	BNDES	5,23%+1,10%	24/10/2022	15/03/2032	19.259	-
<b>Total</b>					<b>21.032</b>	<b>18.431</b>
Circulante					3.432	13.656
<b>Não circulante</b>					<b>17.600</b>	<b>4.775</b>

### b) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Saldo 2021	Atualização monetária e juros	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo 2022
Capital de giro					
- Banesl (a)	9.848	-	1.275	(10.384)	(739)
Capital de giro					
- Pine (b)	2.015	-	328	(2.000)	(343)
Limite garantia					
- Banestes	2.349	2761	543	(3.390)	(490)
Limite garantia					
- Pine	4.219	698	1048	(5.406)	(559)
Financiamento					
BNDES (c)	-	19.200	208	-	(149)
<b>Total</b>	<b>18.431</b>	<b>22.659</b>	<b>3.402</b>	<b>(21.180)</b>	<b>(2.280)</b>

	Atualização monetária e juros	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo 2021	
Capital de giro – Bandesl (a)	9.550	533	-	(235)	9.848
Capital de giro – Pine (b)	2.000	15	-	-	2.015
Limite garantia – Banestes	3.702	-	(1.308)	(45)	2.349
Limite garantia - Pine	4.219	-	-	-	4.219
<b>Total</b>	<b>19.471</b>	<b>548</b>	<b>(1.308)</b>	<b>(280)</b>	<b>18.431</b>

As condições do pagamento de empréstimos de capital de giro são:

- a) Carência principal 6 meses os juros serão pagos em 4 parcelas trimestrais e sucessivas;
- b) Carência principal 6 meses os juros serão pagos mensalmente; e
- c) Carência principal 6 meses os juros serão pagos mensalmente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as parcelas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

2024	2.133
2025	2.133
2026 a 2031	13.334
<b>Total</b>	<b>17.600</b>

**c) Cláusulas restritivas de contratos de empréstimos (“covenants”)**

As cláusulas de *covenants*, mantidas nos contratos da CONCESSIONARIA SRE-IP VILA VELHA SPE S/A., relacionamos abaixo as cláusulas dos contratos ativos, que resultem em vencimento antecipado das obrigações contratuais, se tiver a seguintes ocorrências

- A recusa, negativa ou ausência de constituição de toda e qualquer garantia, nas condições, prazos e valores solicitados e estipulados pelo BANCO, ainda que advenha de solicitação posterior da data de assinatura do instrumento;
- O pedido, decreto ou deferimento de recuperação judicial ou extrajudicial, de falência ou de autofalência, ou de intervenção ou de liquidação, ou a insolvência civil ou morte, ocorridas em quaisquer das hipóteses em jurisdição nacional e/ou internacional, bem como o início de processo de dissolução societária;
- A penhora de qualquer bem dado em garantia em execução promovida por outro credor;
- A apuração de falsidade ou inexatidão de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido prestada, firmada ou entregue pelo emitente ou pelos avalistas ou pelos terceiros garantidores ou por quaisquer de seus prepostos ou mandatários;
- A mora e/ou o inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária, não sanada em até 05 (cinco) dias do recebimento de notificação enviada à emitente neste sentido, e/ou obrigações pecuniárias, junto ao banco ou a qualquer das empresas integrantes do grupo econômico;
- Se, sem prévia e expressa anuência do banco, vierem a sofrer qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- A ocorrência de comprovada mudança na situação econômica capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou;

- A realização de alienação, cessão, doação, contribuição ao capital social ou a transferência, por qualquer meio, de bens ativos ou direitos de sua propriedade que comprovadamente possam levar ao descumprimento de obrigações previstas no contrato;
- A existência de qualquer demanda judicial ou administrativa ou arbitral ou extrajudicial ou demanda análoga que, a critério do banco, possa colocar em risco a(s) garantia(s) eventualmente constituída(s) e o cumprimento de obrigações assumidas na CCB; e
- A não renovação, o cancelamento, a revogação ou a suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pelo emitente ou pelos avalistas ou pelos terceiros garantidores, que afete de forma significativa o regular exercício de suas atividades, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia estava adimplente com todas as cláusulas.

## 15. Partes relacionadas

	2022	2021
Splice Industria, comercio e Serviços Ltda.	7.736	-
Engelmig Energia Ltda.	764	-
RT Energia e Serviços Ltda	1.294	-
<b>Total</b>	<b>9.794</b>	<b>-</b>

## 16. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia, é de R\$ 15.000 (quinze milhões de reais) totalmente subscrito e integralizado, representado por 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	Participação	Nº por lote de mil ações
Splice Industria, Comercio e Serviços Ltda.	68,00%	10.200
Engelmig Energia Ltda.	20,00%	3.000
RT Energia e Serviços Ltda.	12,00%	1.800
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>15.000</b>

### b) Reserva legal

Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzido à parcela de 5% para a constituição da reserva legal, e não excederá a 20% do capital social.

### c) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos conforme o contrato de concessão, ficara condicionada aos limites fixados pela lei 6.404/76, quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202 da mesma lei.

## 17. Receitas operacional líquida

	2022	2021
Receita de prestação de serviços iluminação	1.603	2.100
Receita de prestação de serviços iluminação a faturar	1.079	190
<b>Total de receita bruta</b>	<b>2.682</b>	<b>2.290</b>
PIS/Cofins	(148)	(194)
ISS	(80)	(105)
PIS/Cofins diferido	(100)	(18)
ISS diferido	(54)	(9)
<b>Total da receita operacional líquida</b>	<b>2.300</b>	<b>1.964</b>

## 18. Custo de manutenção iluminação

	2022	2021
Custo amortização ativo de contrato (i)	(1.668)	(1.668)
<b>Total</b>	<b>(1.668)</b>	<b>(1.668)</b>

(i) Custo orçado que é atualizado pelo prazo de do contrato de concessão 20 anos e calculado pelo percentual dos marcos (cronograma) estipulado.

## 19. Despesas administrativas e comerciais

	2022	2021
Seguros	-	(10)
Bens natureza não permanentes	(5)	(6)
Serviços de terceiros	(155)	(98)
Comunicação	(5)	-
Depreciação	(91)	(70)
Despesas de escritório e informática	(13)	(38)
Viagens	-	(54)
Amortização direito de uso (IFRS 16)	(63)	(63)
Instalações	(83)	(73)
Despesas legais	(9)	(5)
Impostos e taxas	(3)	(14)
Outros	(131)	(7)
<b>Total</b>	<b>(558)</b>	<b>(438)</b>

## 20. Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receita financeira</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	32	145
Descontos obtidos	2	2
Variação monetária ativa	8	1
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>148</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros passivos	(2.321)	(43)
IOF	(319)	(271)
Despesas bancárias	(14)	(131)
Taxa Administrativa	(262)	-
Despesas arrendamento mercantil (Nota Explicativa nº 12.1)	(44)	(45)
Variação monetária partes relacionadas	(561)	-
Variação monetária e cambial passiva	(1.201)	(52)
<b>Total</b>	<b>(4.722)</b>	<b>(542)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(4.680)</b>	<b>(394)</b>

## 21. Instrumentos financeiros

### a) Gerenciamento de risco

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

#### Estrutura do gerenciamento de risco

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia não tem política de contratar instrumentos financeiros derivativos no gerenciamento desses riscos.

#### Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis é a seguinte:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6)	14	20
Contas a receber	1.268	168
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 6)	29	444
<b>Total</b>	<b>1.311</b>	<b>632</b>

#### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	2022	2021
Fornecedores (Nota Explicativa nº 11)	228	2.877
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 13)	21.032	18.431
<b>Total</b>	<b>21.260</b>	<b>21.308</b>

#### **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, como taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

#### **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

**b) Instrumentos financeiros**

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa de valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia.

**Classificação dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros não derivativos estão classificados conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas a seguir:

	2022		
	Valor justo	Ativo financeiro ao custo amortizado	Passivo financeiro ao custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	14	-	-
Aplicações financeiras	29	-	-
Contas a receber	1.268	-	-
<b>Total do ativos financeiros</b>	<b>1.311</b>	-	-
Fornecedores	-	-	228
Empréstimos e financiamentos	-	-	21.032
<b>Total dos passivos financeiros</b>	-	-	<b>21.260</b>

	2021		
	Valor justo	Ativo financeiro ao custo amortizado	Passivo financeiro ao custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	20	-	-
Aplicações financeiras	444	-	-
Contas a receber	168	-	-
<b>Total do ativos financeiros</b>	<b>632</b>	-	-
Fornecedores	-	-	2.877
Empréstimos e financiamentos	-	-	18.431
<b>Total dos passivos financeiros</b>	-	-	<b>21.308</b>

### Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de análise de sensibilidade para riscos de taxa de juros, analisa a sua exposição à flutuação da CDI, taxa flutuante a qual estão indexadas às operações de empréstimos. As taxas de juros não sofreram alterações nesses cenários.

Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros flutuante utilizada para apuração nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da taxa de juros no cenário atual.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo consistiu em substituir a taxa de juros de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas estressadas conforme cenários abaixo. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações:

Cenário da exposição	Aplicação financeira		
	Saldo em 2022	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	29	3,72%	1
25% de apreciação da taxa	29	1,86%	1
Cenário atual	29	0,00%	-
25% de desvalorização da taxa	29	(1,86%)	(1)
50% de desvalorização da taxa	29	(3,72%)	(1)

Cenário da exposição	Empréstimos e financiamentos		
	Saldo em 2022	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	21.032	3,72%	782
25% de apreciação da taxa	21.032	1,86%	391
Cenário atual	21.032	0,00%	-
25% de desvalorização da taxa	21.032	(1,86%)	(391)
50% de desvalorização da taxa	21.032	(3,72%)	(782)

Cenário da exposição	Aplicação financeira		
	Saldo em 2021	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	444	2,19%	10
25% de apreciação da taxa	444	1,10%	5
Cenário atual	444	0,00%	-
25% de desvalorização da taxa	444	(1,10%)	(5)
50% de desvalorização da taxa	444	(2,19%)	(10)

### **Classificação contábil e valores justos**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. Para este fim, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os níveis demonstrados abaixo, observando a importância e relevância dos inputs usados para a mensuração do valor justo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas significativas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia.

Para os empréstimos e financiamentos a Companhia entende que o valor justo corresponde ao seu valor contábil. Os mesmos foram contabilizados pelos valores originais contratados e os juros são contabilizados mensalmente. Por fim, em sua maioria, são representados por operações cuja liquidação pode ser efetuada a qualquer momento (a critério da Companhia) pelo valor contábil e sem ônus.

A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

2022	Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			Total	Valor justo das demais categoria	Valor justo	Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3				
<b>Ativos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	14	-	-	14	-	14	14
Contas a receber	1.268	-	-	1.268	-	1.268	1.268
Aplicações financeiras	29	-	-	29	-	29	29
<b>Total</b>	<b>1.311</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.311</b>	<b>-</b>	<b>1.311</b>	<b>1.311</b>
<b>Passivos</b>							
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	21.032	21.032	21.032
Fornecedores	-	-	-	-	228	228	228
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.260</b>	<b>21.260</b>	<b>21.260</b>

2021	Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			Total	Valor justo das demais categorias	Valor justo	Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3				
<b>Ativos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	20	-	-	20	-	20	20
Contas a receber	168	-	-	168	-	168	168
Aplicações financeiras	444	-	-	444	-	444	444
<b>Total</b>	<b>632</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>632</b>	<b>-</b>	<b>632</b>	<b>632</b>
<b>Passivos</b>							
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	18.431	18.431	18.431
Fornecedores	-	-	-	-	2.877	2.877	2.877
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.308</b>	<b>21.308</b>	<b>21.308</b>

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros foram determinados conforme descrito a seguir:

- As disponibilidades em conta corrente têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

As aplicações financeiras apresentadas acima tratam de fundo de investimento em cotas de Fundos de Investimento (FIs) renda fixa longo prazo crédito privado. Sua política de investimento determina aplicar em cotas de FIs que apresentem carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos públicos federais ou títulos privados, de qualquer espectro de risco de crédito, pré-fixados ou pós-fixados, cotas de fundos de investimento, cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e operações compromissadas mantendo, no mínimo, 80% do seu PL relacionados à taxa de juros doméstica, a índices de preços ou ambos, excluindo-se estratégias que impliquem em assunção de risco de oscilações de moeda estrangeira e de ações;

- Para as operações de empréstimos e financiamentos, a Administração concluiu que os saldos reconhecidos contabilmente refletem preponderantemente o valor justo, uma vez que a remuneração dessas operações se aproxima significativamente da taxa de desconto que seria utilizada para descontar os fluxos futuros de pagamentos a valor presente. Além disso, os empréstimos e financiamentos foram contabilizados pelos valores originais contratados e os juros são contabilizados mensalmente. Por fim, em sua maioria, são representados por operações indexadas à flutuação do CDI taxa que seria utilizada para trazer a valor presente os valores futuros das amortizações, ademais sua liquidação pode ser efetuada a qualquer momento (a critério da Companhia) pelo valor contábil e sem ônus.

## 22. Demonstração do fluxo de caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2022	2021
Adições de direito de uso	-	53
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>-</b>	<b>53</b>
Arrendamento a pagar	-	53
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>53</b>

## 23. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades operacionais e cível.

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros é como segue:

<b>Modalidade</b>	<b>Importância segurada</b>
Responsabilidade cível e Operacional	13.715

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza e peculiaridade, não foram auditadas por nossos auditores independentes.

\* \* \*

Antonio Roberto Beldi  
**Diretor**

Ricardo de Souza Adenes  
**Diretor**

Edivaldo Ferreira Portela  
**Contador CRC 1SP128744/O-3**